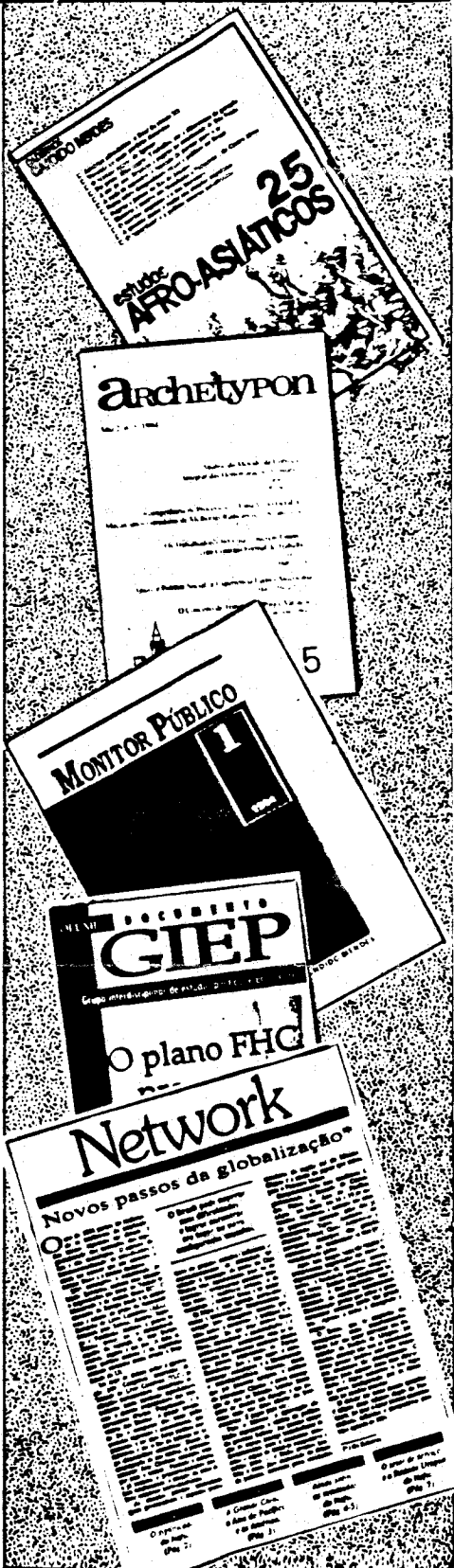


NOTÍCIAS AFRICANAS 59

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 13 A 19 DE MAIO DE 1994

PUBLICAÇÕES DO CONJUNTO UNIVERSITÁRIO CANDIDO MENDES



INFORME-SE PELO TELEF. 531-2000

ÁFRICA DO SUL

De Klerk, um estadista africano

A primeira vez que prestei atenção em Frederik de Klerk foi em 1986, quando, num pequeno trabalho de consultoria, procurava identificar possíveis sucessores do presidente Pieter Botha. Após alguns telefonemas para colegas e consultas a meu arquivo, encontrei referência em *Africa Confidential*, a news-letter internacional mais informada dos bastidores da política sul-africana. Entre vários possíveis sucessores, De Klerk, então ministro da Educação, era considerado demasiado conservador, embora não fosse qualificado como *verkrampte* (linha-dura).

Em janeiro de 1989, logo após o acidente vascular cerebral que afastou Pieter Botha do poder, o nome de De Klerk — ainda considerado conservador pela imprensa especializada — surgia como o terceiro provável sucessor, após o reformista Chris Heunis e o liberal Roelof "Pik" Botha, então ministro das Relações Exteriores e que atualmente ocupa a pasta das Minas e Energia no governo Mandela.

No final das contas foi De Klerk quem assumiu a Presidência. E se revelou: pronunciou o sempre adiado discurso de abertura do regime que Botha prometera e nunca cumprira, trouxe à legalidade o ANC e demais partidos banidos e libertou presos políticos, entre os quais o mais famoso do mundo, Nelson Mandela.

Já conhecemos a biografia de Mandela (Notícias Africanas, 57). Escrevo agora uma pequena nota biográfica de seu aliado-adversário e ao mesmo tempo parceiro na aventura da mudança e na ousadia da moderação —, o igualmente estadista Frederik Willem

de Klerk.

Ele nasceu na região do Transvaal, em 1936, no seio de uma família profundamente comprometida com o Partido Nacional. Seu pai foi secretário geral do partido na província e membro da direção nacional, ministro em várias ocasiões e terminou sua carreira como presidente do Senado.

Frederik de Klerk, herdeiro dessa tradição política africânder, percorreu o caminho de praxe. Formou-se em direito, em 1961, na Universidade de Potchefstroom, de forte tradição boer, tendo sido líder estudantil. Foi eleito deputado em 1972 e, seis anos mais tarde, ocupou sua primeira pasta ministerial, a dos Correios e Telecomunicações, após ter subido os degraus da política regional. Em seguida, ocupou as pastas de Assuntos Sociais, Desporto, Planejamento e da Energia.

Com a cisão dos ultradireitistas do Partido Nacional em 1982 para formar o Partido Conservador, a carreira de De Klerk acelerou. De Klerk ocupa então a pasta dos Assuntos Administrativos, depois a da Educação, em 1984, passando a líder do partido no Parlamento em 1986. Finalmente, em 15 de agosto desse ano, ele substituiu Pieter Botha, que, a contragosto, lhe passa o posto presidencial. O reconhecimento mundial pela sua ação concertada com Mandela vem com o Prêmio Nobel da Paz, concedido aos dois em 1993. Mais do que isso, depois de Mandela, De Klerk ganhou o respeito de todo o povo africano. Ele se tornou também um *Mais Velho*.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEAA)

- Muitos povos, muitas nações, várias vitrines 2
- Angola: Redigido mais um documento 3
- O escândalo Kriegler 3
 - Moçambique sem portugueses? 4
 - Duas províncias problemáticas 4
 - ANC falha maioria de dois terços 5
- A questão da terra 5
- Escolhido um governo de unidade 6
- Que fazer com estes militares 7
- Diálogo inter-religioso preocupa Igreja africana 8
- Os sonhos dos bispos para uma nova África 8
- Bispos contra "idolatria das etnias" 9
- O Sínodo foi bom, mas não chega 10
- O render da guarda 11
- O medo dos 2/3 12
- O milagre da África do Sul 13
- Um programa para Joanesburgo 13
- Jesus não vem à quarta-feira 14

Comentário

José Eduardo Agualusa, na Cidade do Cabo

Muitos povos, muitas nações, várias vitrinas

PÚBLICO, 5.5.94

A CONFIRMAR-SE, como se espera, o triunfo do Partido da Liberdade Inkatha na região do Kwazulu-Natal, será então possível dizer que das primeiras eleições não raciais na África do Sul saíram vitoriosas três forças políticas: ANC, Partido Nacional e Inkatha.

Os excelentes resultados obtidos pelo ANC não surpreendem. O partido de Nelson Mandela fez uma campanha brilhante, utilizando muito bem o investimento de uma luta de décadas contra o absurdo e odioso sistema do "apartheid". Mais do que o partido da maioria negra, o ANC soube ser o partido das minorias negras, conseguindo o voto de quase todos os negros de etnia não zulu.

Surpreendente, sim, é o resultado obtido pelo Partido Nacional. A rapidez com que este partido lavou o seu passado vergonhoso, transformando-se de força política condenada pelo mundo inteiro numa organização democrática, respeitável e respeitada, com mais de vinte por cento de apoio popular, representa só por si uma grande vitória. A conquista do Cabo Ocidental, região onde se situa a segunda cidade do país, a Cidade do Cabo, irá permitir ao Partido Nacional mostrar a todos os sul-africanos que pode governar melhor do que o ANC.

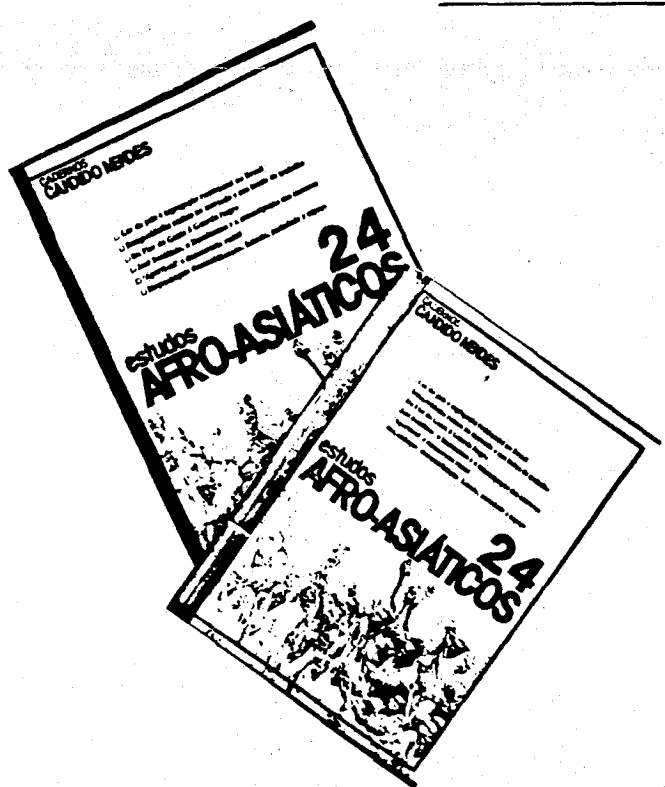
Em termos sociológicos, a vitória do Partido de F. W. de Klerk na região do Cabo Ocidental — a única região do país, e possivelmente a única região de África ao sul do Sara, onde os negros estão em minoria, perdendo a favor dos mestiços — veio demonstrar um facto óbvio, mas que os teóricos do "apartheid" sempre recearam encarar: que nada separa um boer de um mestiço de língua afrikaans e que a divisão artificial criada pelo "apartheid" resultou do terror que os boers tinham de assumir a sua ascendência africana. Os mestiços deram a vitória ao Partido Nacional porque, tal como os outros boers, têm medo de perder a sua identidade num país dominado por uma maioria negra.

A vitória do Inkatha no Kwazulu-Natal merece destaque na medida em que contradiz as teses de muitos analistas, que, face ao comportamento agressivo e aparentemente desorientado de Buthelezi, punham em dúvida o futuro político do dirigente zulu. Paradoxalmente, o ANC tem também boas razões para festejar esta vitória: com Buthelezi entretido na governação do Kwazulu-Natal, Mandela terá mais sossego para arrumar o resto do país.

O Partido Democrático e o Congresso Pan-Africano, PAC, são afinal os grandes derrotados. O primeiro, uma pequena organização que se destacou durante décadas no combate parlamentar ao regime do "apartheid", viu o Partido Nacional roubar-lhe as ideias e os votos. O PAC, organização à esquerda do ANC, esperava o apoio maciço da juventude enraivecida das "townships". O seu lema "um colono uma bala" não conseguiu, porém, sobrepor-se ao discurso pacificador de Nelson Mandela.

E o PAC, com pouco mais de um por cento dos votos, ficou atrás do seu principal inimigo, o general Constand Viljoen, da Frente da Liberdade. Significativamente, quer o PAC quer a Frente da Liberdade já emitiram comunicados afirmando-se dispostos a discutir a sua participação no futuro Governo de unidade nacional, correndo rumores de que Viljoen poderia ser nomeado ministro da Defesa.

O partido menos votado foi o Partido Luso-Sul-Africano, Lusap, com zero vírgula zero por cento dos votos em todas as regiões do país. Resultado que confirma a invisibilidade, em termos políticos, da comunidade portuguesa, não obstante a sua importância numérica. ■



NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): *Instituições internacionais*: US\$ 250.00; *Instituições nacionais*: US\$ 200.00; *Pesquisadores*: US\$ 100.00 - WE ASK FOR EXCHANGE.

Negociações angolanas em Lusaca

PÚBLICO, 7 5 94

Redigido mais um documento

AS DELEGAÇÕES do Governo angolano e da UNITA concluíram quinta-feira à noite o pacote de princípios e modalidades que regerão a segunda volta das eleições presidenciais em Angola, a tempo das movimentações políticas da próxima semana em Pretória.

Era fundamental concluir as modalidades do processo eleitoral a tempo da saída do mediano, Alioune Blondin Beye, para a tomada de posse do Presidente sul-africano, disse à Lusa fonte das conversações. Beye reuniu-se à com o secretário-geral das Nações Unidas na África do Sul.

As modalidades são seis e completam o quadro dos anteriores 12 princípios gerais e específicos que regerão a segunda volta das presidenciais, pendente desde o Outono de 1992. São expressas em termos gerais, apontando embora para a calendarização de operações que deverão ser realizadas no país, e uma fonte das conversações criticou a "vacuidade" da sua formulação.

A negociação não foi fácil, tendo a UNITA pedido a manhã de quinta-feira para estudar melhor as propostas da mediação e acabando as delegações por se reunirem somente quinta-feira à tarde. Ao fim do dia foi necessária a intervenção dos observadores para conciliar alguns aspectos da formulação, que ficou pronta depois das 20h00, segundo fontes das conversações.

Em termos gerais, pendente do mandato que será ainda estabelecido para a missão da ONU em Angola (Unavem), ficou estabelecido que "os meios humanos e materiais das Nações Unidas deverão ser adaptados à sua missão de apoio, verificação e fiscalização" do processo eleitoral.

Outro ponto diz que a ONU "constatará por declaração formal, depois de ouvido o órgão sucedâneo da Comissão Conjunta Político Militar, a existência de todos os requisitos indispensáveis e de todas as condições re-

queridas" para as eleições, especialmente as relativas "à satisfação de todas as obrigações do protocolo de Lusaca".

O terceiro ponto determina que "todas as instituições implicadas" na organização das eleições, como o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), "deverão efectuar os preparativos indispensáveis nos prazos requeridos".

"A concepção, fabricação, recepção e armazenamento do material eleitoral far-se-ão nos prazos adequados", refere o quarto ponto, remetendo para a lei, CNE e o "apoio, verificação e fiscalização" pela ONU.

Num dos pontos mais relevantes do processo, o registo do eleitorado, ficou estabelecido que "a elaboração dos cadernos do registo eleitoral através da inscrição dos cidadãos eleitores, bem como a publicação por afixação edital das listas dos registos deles extraídos", deverão cumprir os prazos e ser sujeitos às normas gerais da lei e actuação pelas Nações Unidas.

Este ponto interliga-se com o terceiro princípio específico do pacote, que determina as "condições requeridas" para as eleições, da livre circulação de pessoas e bens à reposição da Administração central no país.

O sexto ponto das modalidades diz que "deverá ser levada a cabo dentro dos prazos requeridos e através dos meios adequados uma campanha de educação cívica dos eleitores acerca dos objectivos" da segunda volta das presidenciais "e do modo como o eleitor deve votar".

A delegação governamental angolana deverá partir hoje para Luanda, regressando somente terça-feira, na véspera da retomada provável das conversações, dada a ausência do mediano.

Fonte das negociações disse à Lusa que o aspecto a debater a seguir será o mandato das Nações Unidas em Angola, questão que se relaciona com os vários acordos já estabelecidos parcialmente. As questões iniciais do mandato militar — para distribuição do pessoal das Nações Unidas pelo país e depósitos para recolha de armas dos guerrilheiros da UNITA — está esta semana em análise em Luanda, no âmbito da Unavem. ■

Lúcia Ribeiro, em Lusaca/Lusa

Uma semana depois das eleições

O escândalo Kriegler

DEZENAS de chefes de Estado e de Governo chegam no início da próxima semana à África do Sul, a fim de assistir à tomada de posse do Presidente Nelson Mandela, mas o líder do ANC ainda não foi eleito para o cargo; e nem sequer está totalmente escolhido o Parlamento que o deverá eleger. A situação é verdadeiramente surrealista e envergonha as estruturas do período de transição, muito em especial a Comissão Eleitoral Independente (CEI), que tem um presidente e dez membros.

Às 18h de ontem, já noite no Witwatersrand, a CEI reconhecia a existência de mais problemas e dizia que tinha detectado uma discrepância de dezenas de milhares de votos nas contagens entre os seus dois sistemas de computadores, um automático e o outro com os dados introduzidos por funcionários. Por isso, há mais de

24 horas que não se conheciam novos resultados, sendo os últimos então existentes os de terça-feira à tarde, que davam 62,5 ao ANC, 22,1 ao Partido Nacional e 8,3 ao Inkatha.

A contagem estava particularmente atrasada na província do Kwazulu-Natal, onde se julgava que os resultados não ficariam completos antes da manhã de hoje. E já se admitia que a assembleia provincial, sob a presidência do rei Goodwill Zwelithini, não se pudesse reunir antes de domingo, depois de a sua primeira sessão, tal como as das demais províncias, já haver sido adiada de hoje para sábado.

O chefe do partido Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, declarou-se ontem à noite satisfeito por o ANC já haver retirado as acusações de fraude em algumas zonas do Kwazulu, mas o movimento de Mandela reafirmou que

não retirara nada as acusações de fraude. Era a grande confusão, a manchar a forma relativamente tranquila com que decorreria o acto eleitoral.

O Governo cessante já efectuou ontem a sua última sessão e marcou um feriado nacional para o próximo dia 10, data da posse do Presidente, que a 9 deverá ser eleito pelo Parlamento, cuja composição final deverá ser conhecida hoje ou amanhã, depois do grande escândalo organizacional que foram estas eleições, mais mal preparadas, segundo alguns observadores, do que as angolanas.

Para os círculos conservadores, que têm feito prognósticos de que uma Administração essencialmente negra será um desastre, esta situação é bastante irónica, pois que, mesmo com a presença de brancos como Krieger e a antiga deputada liberal Helen Suzman, a actuação da CEI está a ser um desastre.

Extraordinário é que até agora os diversos partidos tenham conseguido controlar as suas bases e que nenhuns incidentes muito sig-

nificativos se verifiquem, depois das demoras que houve na abertura das urnas e, ainda mais, na contagem dos votos. No geral, a sociedade sul-africana tem-se revelado, nestes últimos oito dias, muito mais madura e tranquila do que muitos supunham, o que talvez ainda faça ressaltar mais a fraca organização da máquina eleitoral, com milhares e milhares das pessoas a contar os votos, depois de terem feito uma preparação algo apresada desde há quatro meses.

Para as assembleias provinciais, as únicas que já tinham, ao princípio da noite de ontem, mais de 60 por cento dos votos contados, os resultados eram: Cabo Ocidental, 55 por cento para o PN, 29 para o ANC; Cabo Setentrional, 50 por cento para o ANC, 39 para o PN; Noroeste, 79 por cento para o ANC, 12 para o PN; e Transvaal Oriental, 82 por cento para o ANC, oito para o PN. A melhor contagem da Frente da Liberdade era no Noroeste, com sete por cento. ■

Jorge Heitor, em Joanesburgo

JOÃO PAULO II VISITA ANGOLA — O Papa João Paulo II deslocar-se-á ainda este ano a Angola, no quadro de uma digressão por vários países africanos, segundo afirmações à Lusa de uma fonte da Igreja Católica em Luanda. A deslocação do Papa a Angola insere-se no âmbito de uma das resoluções do sínodo dos bispos africanos que ontem terminou no Vaticano. A deslocação de João Paulo II a África surge por necessidade de uma exortação aos católicos do continente com vista a divulgar as principais resoluções do sínodo. PÚBLICO, 9 5 94

ANGOLA PRIVADA DE CRÉDITOS — Angola está privada de recorrer aos créditos do Banco Africano para o Desenvolvimento, avaliados em 400 milhões de dólares (68,8 milhões de contos), segundo afirmou à Lusa uma fonte do Banco. A decisão prende-se com o facto de Angola ainda não ter satisfeito os seus compromissos para atenuar a dívida de 29 milhões de dólares contraída junto da instituição.

PÚBLICO, 9 5 94

Moçambique sem português?

EXPRESSO, 7 5 94

JORGE BACELAR GOUVEIA*

A OPINIÃO pública, tanto portuguesa como moçambicana, tem sido objecto, nos últimos tempos, de uma sonora campanha de defesa da substituição do português pelo inglês como língua oficial da República de Moçambique.

Perante a importância do tema, não será demais, nesta ocasião, voltar ao assunto, juntando alguns novos argumentos, numa tentativa para que se faça um pouco de luz na estranha escuridão que o tem envolvido, sem nunca esquecer também que normalmente as más decisões contam com a afável «mão amiga» da ignorância.

Os propósitos subjacentes a esta pressão radicam no acervo de benefícios de que os estados anglófonos que rodeiam Moçambique ficariam a beneficiar. De um prisma mais imediato, é de referir uma maior penetração económica, tornando este território presa fácil da iniciativa estrangeira oriunda desses países. Mas não são despididos os motivos político-culturais: sob o manto linguístico, detectam-se ideologias, hábitos, pensamentos, concepções de vida, culturas — no fundo, toda uma maneira de viver.

Da nossa parte, nem sequer teria interesse escrever estas linhas se a ideia da implantação do inglês em Moçambique fosse fruto do puro acaso ou obra de alguns pseudo-iluminados pós-modernistas, que enfileirassem nesta moda. Isso nunca resistiria à evidência das circunstâncias.

Simplemente, a questão é muito mais séria do que se tem revelado na aparência. Por detrás dessas vozes, tão informais e tão esparsas, e a avaliar pelo seu modo de actuação, encontra-se uma verdadeira estratégia, montada ao mais alto nível, impulsionada pelos estados mais interessados, sobretudo o Reino Unido, os Estados Unidos da América e a República da África do Sul.

Essa estratégia não surge, porém, com uma eficácia imediata: antes se reparte, audaciosamente, por três passos fundamentais.

O primeiro implica o denegrir da língua portuguesa, com exploração das diferenças linguísticas entre Portugal e o Brasil, que dificilmente permitiriam uma aprendizagem coerente, e associando-a ao período da colonização, língua falada pelo branco que durante tantos anos terá oprimido o homem moçambicano.

O segundo consiste no apoio intenso ao estudo das línguas tradicionais, pagando o necessário em professores e material bibliográfico, por forma a diminuir (primeiro) e a apagar (depois) o papel do português como meio de comunicação entre moçambicanos falantes dos diversos dialectos.

O terceiro, por fim, tem por conteúdo a promoção do inglês como a «língua salvífica», restabelecendo a comunicação perdida entre moçambicanos, ao que se juntaria a facilidade da sua aprendizagem, a sua presença em massa na região africana em que Moçambique se insere e a sua popularidade em todo o mundo como pretensa língua universal.

Ilha linguístico-cultural

Pensemos por instantes na mera hipótese académica do êxito deste plano semidiabólico. Teríamos de dizer — sem exageros ou fatalismos — que as consequências para Moçambique seriam, no mínimo, catastróficas. Numa altura em que o país se encontra envolvido em várias batalhas que tem de ganhar, a perda da língua portuguesa poderia significar a desagregação político-social e a renúncia à soberania económica.

O tema da língua oficial moçambicana não tem assim outra solução senão a da manutenção do português, quanto mais não seja pelas vantagens que daí necessariamente advêm, das quais cumpre realçar estas três mais relevantes.

Para o momento que Moçambique atravessa, em que mercê de uma guerra devastadora se acentuaram alguns conflitos regio-

nais e tribais, a língua portuguesa constitui praticamente o único factor de unidade nacional. O passado colonial e a história recente da I República, estigmatizada por um regime de matriz soviética que vigorou de 1975 a 1990, já pouco ou nada representam: o primeiro é recordado com desinteresse e o segundo é encarado como equívoco histórico.

Por outro lado, a língua portuguesa funciona, na região da África Austral, como o verdadeiro esteio da singularidade moçambicana, contribuindo para a conservação do seu excelente estatuto de ilha linguístico-cultural. Se isso fosse perdido, Moçambique afundar-se-ia no imenso oceano da indiferenciação, com as inevitáveis consequências do seu desaparecimento como nação.

Diga-se ainda que é pela língua portuguesa que Moçambique consegue manter os laços que o unem indelevelmente aos países-irmãos africanos, ao Brasil e a Portugal, dos quais recebe, a despeito da diversidade que se regista entre eles, o alimento cultural. Erradicar o português simbolizaria o corte das ligações que — para o bem e para o mal — sempre aproximaram Moçambique dos restantes estados lusófonos.

A recente iniciativa da criação da Comunidade de Estados Lusófonos, a ser concretizada muito brevemente em Lisboa, constitui notável resposta a esta investida da anglofonia. Mas isso nem sequer é o essencial. A grande parte do trabalho a empreender incumbe à sociedade moçambicana, que, ao reflectir sobre a problemática, deve vivificar, no seu quotidiano, a importância do falar português.

Terminada a época do colonialismo político, iniciou-se em África o colonialismo económico. O mais perigoso, no entanto, é o colonialismo cultural, de efeitos mais abrangentes e duradouros. É decisivo que os moçambicanos vençam mais este combate.

*Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Eduardo Mondlane, em Maputo

Duas províncias 'problemáticas'

EXPRESSO, 7 5 94

SE a esmagadora vitória nacional do ANC é o acontecimento fulcral das eleições na África do Sul, dois resultados regionais e as suas implicações no futuro do país estão a intrigar os comentadores políticos.

O primeiro é o do «liberal» Cabo, que tem sido sempre de algum modo diferente do resto do país. A enorme população mestiça — cerca de 57 por cento no Cabo Ocidental — é prova de um desrespeito histórico pelo «puritanismo étnico» do resto do país. Mas, esta semana, os brancos e mestiços do Cabo juntaram forças para dar aos nacionalistas — os criadores do «apartheid» — uma vitória esmagadora sobre o ANC nas eleições regionais.

A outra das nove províncias que alarmou os comentadores foi a região-chave do Kwazulu/Natal, onde ainda não se conheciam, à hora de fecho desta edição, os resultados finais, devido a contagens contestadas. Mas o líder do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, parecia caminhar para a vitória.

O conflito sobre a votação resulta de que terá havido

tentativas de falsear as eleições, aparentemente urdidas pelo Inkatha. A Autoridade Eleitoral Independente tem tentado encobrir a extensão das fraudes, mas há provas — incluindo um relatório interno secreto deste organismo, que transpirou para a imprensa — de que a fraude toma formas de uma verdadeira conspiração e que poderá ter um impacto decisivo sobre os resultados. Entre outras coisas, implicou a instalação de assembleias de voto «piratas» nas regiões Norte do bantustão Kwazulu, o que inflacionou a votação do Inkatha.

Os adversários de Buthelezi e do Inkatha receiam que uma eventual vitória destes seja o trampolim da secessão. Buthelezi — descendente do grande Shaka que fundou o Império Zulu no início do século XIX — nunca escondeu o sonho de fazer renascer a independência e o poder zulu. Um sonho encorajado, nomeadamente, por ricos apoiantes externos, como o excêntrico John Aspinall, um inglês antigo magnata dos casinos, que alimenta fantasias românticas sobre a «raça de guerreiros». Esta semana, Aspinall foi recebido por Buthelezi na capital zulu, quando o líder zulu se preparava para lançar uma nova «sociedade», dedicada à conquista da autodeterminação.

Quando Nelson Mandela tomar posse, muitos dos que assistirem ao acto estarão meditando sobre o Cabo e o Kwazulu/Natal. São apenas duas das nove províncias e detêm poderes limitados segundo a nova Constituição. Mas a suspeita mantém-se: a de que possam lançar as sementes da divisão no preciso momento em que toda a nação festeja a libertação.

DAVID BERESFORD
correspondente em Joanesburgo

África do Sul: ANC falha maioria de dois terços

PÚBLICO, 7 5 94

MIGUEL CALADO LOPES
enviado à África do Sul

A PUBLICAÇÃO dos resultados finais das primeiras eleições democráticas na África do Sul confirmou ontem o provérbio «Quem espera sempre alcança».

O país alcançou finalmente uma perspectiva de paz, o ANC (62,6% do escrutínio, que lhe darão 252 dos 400 lugares do Parlamento) alcançou a maioria absoluta dos votos, embora sem os dois terços que lhe permitiriam rever unilateralmente a Constituição, o Partido Nacional (20,4% e 82 deputados) conquistou a província do Cabo Ocidental e um

inejável segundo lugar nacional, o Inkatha (10,5% e 43 deputados) conseguiu o governo do Kwazulu/Natal e a Frente da Liberdade (2,17% e 9 deputados) vendeu razoavelmente a ideia do Volkstaat — o estado dos afrikander.

O acto de apresentação, que decorreu em ambiente formal e sóbrio no centro de escrutínio de Gallagher Estate, perto de Joanesburgo, constituiu um enorme alívio nacional e internacional e tranquilizou as forças políticas sul-africanas quase unânimes em afirmar que, mais do que os números, o importante foi a eleição em si mesma.

A distribuição geográfica dos

votos e as primeiras análises mostram que o eleitorado votou de acordo com as fronteiras étnicas, nomeadamente no ANC que captou 85% do eleitorado negro. O voto étnico tem nas actuais circunstâncias um significado mais cultural do que político e não implica necessariamente um agudizar das tensões raciais. É, no entanto, um aviso à presidência de Mandela para não utilizar a sua maioria em sentido contrário ao prometido espírito de reconciliação nacional.

O ANC nomeou ontem Thabo Mbeki para o cargo de primeiro vice-presidente, um lugar que equivale ao de primeiro-ministro.

ANC garante mais de 64 por cento e começa a trabalhar

A questão da terra

Do nosso enviado
Jorge Heitor
em Joanesburgo

A fome de terra por parte da grande maioria da população rural e urbana sul-africana e o poderio económico da minoria branca transformaram a questão da propriedade numa das mais quentes do período de transição que se está a viver; e o ANC, com mais de 64 por cento dos votos a nível nacional, já disse que vai começar por a enfrentar.

O Congresso Nacional Africano (ANC) tenciona inscrever a questão da terra na ordem de trabalhos do novo Parlamento, de forma a ir ao encontro de todos aqueles que se queixam de ter perdido propriedades, rústicas ou urbanas, devido às leis do "apartheid", que logo em 1955 fizeram, por exemplo, com que a população negra de Sophiatown deixasse as suas casas nos subúrbios de Joanesburgo para dar lu-

gar a um novo bairro branco chamado Triomf.

O anúncio de que haverá um Tribunal de Terras e de que será abolido o IVA sobre todos os produtos alimentares básicos marcou os últimos dias da contagem de votos que deu mais de 64 por cento das preferências de todo o eleitorado sul-africano ao ANC, movimento cujas raízes remontam a 1912 e cujo nome actual foi adoptado em 1923.

A legislação referente à terra tem de ser a primeira a ser tratada no Parlamento multipartidário, dada a premência de fornecer terrenos aos pobres, vender terras em hasta pública e devolver bens a alguns daqueles que foram espoliados pela política da segregação racial, disse agora o ANC, sem perder tempo na sua vontade de reformular a África do Sul.

Calcula-se que três milhões e meio de sul-africanos foram afastados das suas casas ao longo de três décadas, desde os anos 50 aos 80 do presente século, de modo que o Lands Claim Court terá agora de ver, segundo cada caso, se há que fornecer terra alternativa e pagar uma justa indemnização a todos aqueles que foram escoraçados só por não serem brancos.

Em 1991, depois de se ter abolido a Lei da Terra de 1936, aliás ainda anterior à institucionalização do apartheid como regulador de uma discriminação bastante anterior, o Governo do Partido Nacional estabeleceu uma Comissão Consultiva para ouvir reivindicações de comuni-

dades desapossadas quanto a parcelas de terra ainda em posse do Estado. Mas as coisas não correram muito bem: a comissão só podia tratar de terra estatal e só podia aconselhar o Presidente, mas não actuar. Era uma daquelas comissões só para tapar os olhos.

Afirmou-se até que algumas terras do Estado foram à pressa vendidas a agricultores brancos para que não ficassem sob a alçada da comissão; e um milhão de hectares de terra que pertencia ao Fundo Sul-Africano de Desenvolvimento passou para o controlo dos governos dos bantustões, que ficariam com o poder de decidir da sua distribuição.

No ano passado, a comissão deixou de ter o paralizante título de "consultiva" e recebeu instruções para de facto avançar, dando-se assim um primeiro passo naquilo que o ANC de facto agora quer fazer; e que não deve de modo algum ser confundido com uma Reforma Agrária em termos convencionais.

A Constituição interina não prevê nacionalizações em larga escala e o movimento de Mandela não está aparentemente determinado a entrar em choque com grandes fazendeiros, apropriando grandes áreas de terra. Pensa-se muito mais em arranjar uma casa ou um pedaço de terreno para aqueles que os não têm do que em criar cooperativas agrícolas ou unidades colectivas de produção.

O ANC, que fica com mais de 250 lugares numa

Assembleia Nacional de 400 e com a grande maioria dos 90 senadores, prevê que se recebam mais de um milhão de reivindicações e propõe que estas sejam primeiro examinadas por uma comissão de terras, que tentará negociar e servir de medianeira de muitos dos casos antes de os submeter ao tribunal.

O Lands Claim Court deverá ser presidido por um juiz do Supremo, que terá uma equipa de assessores, enquanto os casos que estão perante a antiga comissão do regime cessante passam automaticamente para a nova comissão, dentro de um espírito de certa continuidade que se quer dar a toda a vida na África do Sul, sem grandes clivagens revolucionárias.

A legislação a submeter ao Parlamento, que é o conjunto da Assembleia Nacional e do Senado, prevê que todos os pedidos de indemnização ou de devolução a efectuar o sejam dentro dos próximos três anos.

Em Janeiro, o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento que o ANC publicara em conjunto com o Partido Comunista e com a central sindical Cosatu previa uma combinação de mecanismos de mercado e outros para arranjar a terra suficiente para a redistribuição, bem como serviços para ajudarem os novos agricultores a saberem como melhor deveriam utilizar a terra.

Os comunistas e os seus "compagnons de route" desejariam que daqui a cinco anos 30 por cento da terra arável da África do Sul já estivesse redistribuída, de modo a que a minoria branca não continuasse a possuir muito mais de metade de todos os terrenos do país. ■

PÚBLICO, 6 5 94

Escolhido um governo de unidade

PÚBLICO, 7 5 94

Do nosso enviado
Jorge Heitor,
em Joanesburgo

Depois de uma semana de longa espera, a África do Sul soube finalmente os resultados finais das suas primeiras eleições multirraciais. Todos ficaram aliados por o ANC não ter chegado aos dois terços, que lhe permitiriam mudar a Constituição. Para chefiar

o governo, Mandela escolheu Thabo Mbeki. De Klerk será o segundo vice-presidente. Entre os novos ministros saídos do ANC, figura o comunista histórico Joe Slovo, com a pasta da Habitação. Um ex-guerrilheiro ocupará a Defesa, mas o actual ministro das Finanças, Derek Keys, conserva o seu lugar. Para os Estrangeiros, Mandela reservou uma surpresa.

Minutos antes de se conhecerem os resultados finais das eleições, o Presidente Mandela anunciou que o seu primeiro vice-presidente seria o até agora presidente nacional do ANC, Thabo Mbeki, resolvendo assim o grande despique que havia entre este e o secretário-geral do partido, Cyril Ramaphosa, que é um homem mais novo e que poderá ficar reservado para a presidência da Assembleia Nacional. O segundo vice-presidente, já designado pelo Partido Nacional, será Frederik de Klerk.

Mbeki, 51 anos, é um "histórico" do ANC, ao qual aderiu com 14 anos. Formado em Economia na Universidade do Sussex, em Inglaterra, militou na clandestinidade e foi durante anos o representante do ANC no estrangeiro.

A grande surpresa foi a nomeação de Alfred Nzo para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, área em que Mbeki é especialista e na qual decerto ficaria se não fosse escolhido para primeiro vice-presidente e virtual primeiro-ministro da África do Sul. Nzo é um velho dirigente histórico do ANC e já quase ninguém se lembrava dele nem o considerava ministerial.

Na Defesa foi colocado Joe Modise, 64 anos, que desde 1965 é comandante do Umkhonto we Sizwe, o exército do ANC, desfazendo assim algumas especulações de que a pasta poderia ser oferecida ao general Constand Viljoen ou ao Partido Nacional. Este deverá ainda designar os seus ministros, sendo certa a permanência de Derek Keys nas Finanças, de modo a tranquilizar os investidores.

A Justiça fica nas mãos do advogado Dullah Omar, que era o número 15 nas listas dos candidatos do ANC, enquanto como

ministro sem pasta vemos outro indiano, Jay (endra) Naidoo, que nas negociações sobre o futuro constitucional do país representou a central sindical Cosatu; a Polícia irá para o comunista Sydney Mufamadi e os Serviços Correccionais para Ahmed Kathrada, enquanto o Comércio e a Indústria ficam para Trevor Manuel, de 37 anos, que os grandes empresários consideram um homem pouco experiente.

De entre as pastas que já foram anunciadas, todas elas para pessoas da aliança encabeçada pelo ANC, pode-se mencionar ainda a da Habitação e Assistência, entregue ao presidente do Partido Comunista, Joe Slovo, de 67 anos. No elenco figuram ainda duas mulheres, Nkosazana Dlamini Zuma, de origem zulu, ocupará a Saúde, enquanto Stella Sigcavu, originária do Transkei, ficará responsável pelas empresas públicas.

Ao princípio da noite, De Klerk considerou prematura a divulgação dos nomes pelo ANC, manifestando o interesse do seu partido em ocupar alguns dos ministérios já atribuídos. Na Cidade do Cabo, Mandela respondeu que em princípio a lista era "definitiva" mas que estava aberto a discutir o assunto: "Temos de ter em conta as preocupações das partes com quem vamos trabalhar", disse aos jornalistas.

Enquanto assim se conhecia a primeira parte do Executivo, as eleições acabavam ontem à tarde de fazer a sua primeira vítima: Zach de Beer, que já esta semana estivera no hospital com uma arritmia cardíaca, demitiu-se da liderança do Partido Democrático, face aos humilhantes 338.426 votos conseguidos, menos de dois por cento do eleitorado total. Ele que durante décadas lutara contra o Partido Nacional, por uma África do Sul li-

vre da discriminação racial.

O alívio de Mandela

O Congresso Nacional Africano ganhou as primeiras eleições sul-africanas abertas a todos os cidadãos maiores de 18 anos com mais de 12 milhões de votos, 62,65 por cento de todos os que foram expressos, confirmando-se assim como o grande movimento aglutinador das aspirações da maioria dos negros do país.

Mas a melhor notícia foi o facto do ANC não ter alcançado os dois terços dos votos, o que criaria naturais inquietações. O próprio Mandela o reconheceu: "Estou aliviado por não termos atingido os dois terços, pois já surgia o temor de que iríamos reescrever a Constituição".

De acordo com os resultados finais, divulgados pelas 15 horas de ontem, uma semana depois do fecho das últimas urnas, que em algumas zonas da África do Sul chegaram a estar abertas durante quatro dias, de 26 a 29 de Abril, o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, conseguiu quase quatro milhões de votos, 20,39 por cento, que lhe dão direito a 82 lugares numa Assembleia de 400, face aos 252 do ANC.

Em terceiro lugar ficou o Partido Inkatha da Liberdade, do chefe tradicional zulu Mangosuthu Buthelezi, que conseguiu 10,54 por cento do total de mais de 19 milhões de votos expressos em todo o país e que ficou com a maioria na assembleia legislativa do Kwazulu-Natal, uma das nove províncias em que de ora em diante a África do Sul fica dividida, para efeitos administrativos, gozando cada uma delas de uma certa autonomia. Satisfeito com o resultado, Buthelezi felicitou, finalmente, Nelson Mandela.

A quarta posição na grande corrida foi para a Frente da Liberdade, do general Constand Viljoen, que conseguiu 2,17 por cento do voto total e nove lugares na Assembleia Nacional para os que defendem a ideia de um Volkstaat, uma região especial só para a preservação dos valores da cultura africaner, desenvolvida ao longo dos últimos três séculos por cidadãos de origem holandesa, huguenote francesa e alemã.

O quinto posto, com menos de 340 mil votos, 1,7 por cento do total e sete deputados, coube ao Partido Democrático, do liberal branco Zach de Beer. O sexto, com 1,25 por cento e cinco deputados, o Congresso Pan Africano (P.A.C.), da extrema-esquerda. E o sétimo, e último com representação parlamentar, o Partido Democrata Cristão Africano, com

meio por cento dos votos e dois deputados.

Quanto ao Partido Luso-Sul-Africano (Lusap), de Manuel Moutinho, couberam a nível nacional 3293 votos, 0,02 por cento, pois que a maioria dos portugueses preferiu aparentemente o Partido Nacional, que foi o grande agregador do grosso da comunidade branca, tendo ainda atraído a si muitos votos mestiços e indianos.

Para além de ter chegado perto dos dois terços do conjunto de votos expressos para a Assembleia Nacional, o ANC cometeu também a proeza de assegurar o controlo de sete das nove províncias, deixando apenas o Kwazulu-Natal nas mãos do Inkatha, com 50,32 por cento, e o Cabo Ocidental nas do Partido Nacional, com 56,2.

Um grande evento histórico

De um modo geral, pode-se dizer que estas eleições correram bem, apesar de uma série de problemas organizacionais e de umas quantas tentativas de fraude e de sabotagem, que não conseguiram manchar o brilho geral do acto. A violência de cariz tribal e político, que tantos milhares de mortos fez ao longo da última dúzia de anos, abandonou substancialmente desde que o Inkatha aceitou ir às urnas, mas a polémica surgida quanto à forma como a votação e a contagem decorreram no Kwazulu-Natal deixa admitir que uma parte dessa violência não esteja definitivamente enterrada e que continue a dar sinal de si.

Os quadros do Inkatha já admitiram não esperar pelo período de cinco anos, previsto na Constituição para as novas eleições gerais, para que se promovam eleições para a assembleia daquela província, no fito de acabar com quaisquer suspeitas de fraude e de eventualmente aumentar até o peso regional do partido, que teve como ponto de partida a tradição zulu.

De qualquer modo, no próximo ano já haverá eleições autárquicas, de modo a aprofundar a democracia que a África do Sul está agora a começar a viver e que decerto ainda terá de enfrentar muitos obstáculos, dada a imensa diversidade dos povos e das culturas que existem neste país, de enormes potencialidades. Mas, de momento, o quadro parece mais risonho: "Cheira-me a alta... já vejo as acções a subir", disse em Joanesburgo um corretor da Bolsa. ■

Que fazer com estes militares?

PÚBLICO, 7.5.94

O FACTO de o ANC não ter obtido os dois terços dos votos é um elemento de estabilidade para os militares, disse ontem ao PÚBLICO Jakkie Cilliers, director executivo do Instituto de Defesa. Mas não vão ser simples as relações entre o primeiro Governo de maioria negra e as Forças Armadas.

Mesmo antes de se colocarem sequer os problemas de fundo, o executivo está já a braços com uma questão escaldante: a do excesso de efectivos. Há muito mais de 100 mil militares e não sabe bem o que há-de fazer a uma parte deles, mas pelo menos será necessário pagar a todos, pelo menos nos dois ou três próximos anos. Essa é uma das grandes dores de cabeça para o novo ministro da Defesa, Joe Modise, e para o Orçamento Geral do Estado, já sobrecarregado com grandes excedentes de funcionalismo público: os que vieram do antigo regime, os que vieram das antigas repúblicas pseudo independentes (Transkei, Bophuthatswana, Venda e Ciskei) e todos aqueles que o ANC agora vai meter.

Sem contar com o pessoal civil permanentemente ao seu serviço e que é de 30 mil cidadãos, as Forças Sul-Africanas de Defesa já contam hoje em dia 75 mil homens, a que se juntam os 16 mil do Umkhonto we Sizwe (MK), do ANC, os 14 mil que vieram do Transkei e dos outros "países" do mesmo grupo e os dois mil do Exército Popular de Libertação da Azânia, afecto ao PAC.

É tropa a mais para um país que não está em guerra nem tem nesta altura um inimigo externo definido, pelo que muitos terão de ser desmobilizados, incluindo a maioria dos que vieram da guerrilha; mas isso não se poderá fazer de um mês para o outro, engrossando assim as fileiras dos desempregados, como nos explicou Jakkie Cilliers.

A Força de Defesa sempre procurou seguir a tradição britânica de subordinação ao poder civil: os militares não se metem na política e consideram-se sobretudo profissionais. Mas já o mesmo não se poderá dizer dos soldados que vieram do Transkei, do Bophuthatswana, do Venda e do Ciskei, onde por vezes andaram metidos em aventuras e em "quartelazos".

Pelo sim pelo não, apesar de os peritos dizerem que os militares estão ali para cumprir ordens do Governo e nada mais, o Presidente Nelson Mandela não deixou de colocar na Defesa um homem que teve treino militar na Checoslováquia e na União Soviética. Como se não tivesse muita confiança no "establishment", apesar da remodelação por que

este deverá passar.

Todos os que apostavam na reconciliação nacional achavam que seria uma ideia de génio aquela que o próprio Mandela deu a entender que seria possível: convidar o general Viljoen para o Governo, muito em especial para a Defesa, onde aplacaria todos os receios de muitos oficiais vindos das fileiras do apartheid e que estão bastante de pé atrás com a mudança. Mas as pressões dentro do ANC devem ter sido demasiadas para que o novo Presidente da República se atrevesse a ir tão longe, apesar da sua tentativa de abertura a todos os quadrantes.

Na sociedade branca sul-africana, designadamente na sua vertente militar, há hoje em dia uma profunda dicotomia: a grande maioria não aceita do fundo do coração a passagem dos velhos tempos para os novos, mas racionalmente sabe que tem de ser mesmo assim e que não há nada a fazer, pelo que os protestos verbais ou outros tenderão a ser cada vez menos, ao longo dos anos, considerou Jakkie Cilliers, o principal especialista nacional em política de Defesa.

A viragem do Bophuthatswana

A desastrosa campanha do Bophuthatswana, para salvar o Presidente Lucas Mangope, mostrou a fragilidade da extrema-direita sul-africana e representou um momento de viragem, pois que cada vez mais e mais conservadores tenderão a aceitar uma certa acimatação, deixando apenas numa franja muito reduzida de grupos como o AWB e políticos

como Ferdi Hartzenberg, que será um novo Jaap Marais, o velho obstinado que continua, sozinho, agarrado aos conceitos de Verwoerd.

Um Volks Leer de que já se tem falado, como um novo Exército boer, muito mais sério do que o tipo rufião de Terre Blanche, poderia ser potencialmente muito perigoso, mas só seria a luz do dia se realmente as coisas na África do Sul se complicassem muito, não assumindo o ANC a política de moderação que nos últimos tempos deu a entender, disse-nos o director do Instituto de Defesa, que funciona a 25 quilómetros de Joanesburgo.

Desde que Nelson Mandela e Thabo Mbeki saibam que devem ter em conta a direita branca e que 62,6 por cento dos votos não lhes dão direito a determinarem só por si toda a vida nacional, os militares estarão relativamente tranquilos e profissionais, não se lançando em aventureirismos que a ninguém beneficiaria. Mas

nunca se pode pôr de parte a hipótese de novas bombas e outros actos de sabotagem, como se verificou em vésperas das eleições, prosseguiu o nosso interlocutor.

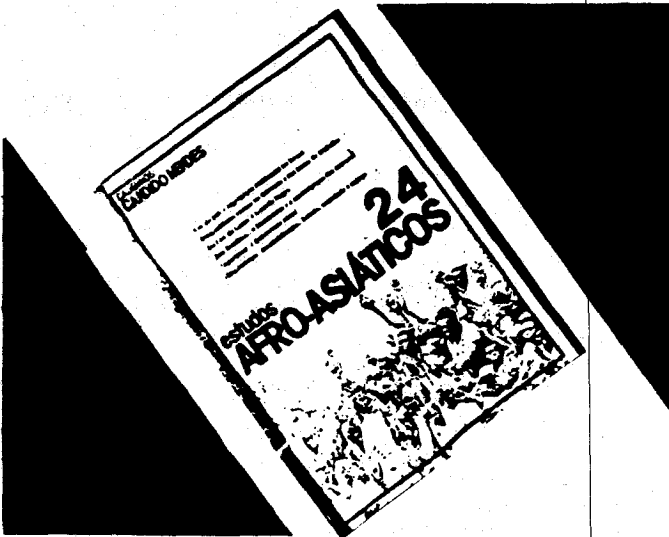
A chave da tranquilidade sul-africana, no que diz respeito aos militares e aos círculos da direita branca, está em que o ANC não se torne arrogante nem inclinado para qualquer espécie de poder negro, antes cumprindo à letra todas as promessas que fez durante a campanha eleitoral, no sentido de dialogar com todos, inclusive sobre as aspirações de umas quantas centenas de milhares de africaners a um Estado próprio.

Não é preciso que isso se concretize num ano ou dois anos, apenas que a ideia se mantenha de pé e que se vá falando regularmente sobre o respeito devido à cultura boer, que esteve por trás de muito do que se construiu na África do Sul, deu-nos a entender Jakkie Cilliers. ■

Jorge Heitor, em Joanesburgo

RESULTADOS FINAIS

PRINCIPAIS PARTIDOS	VOTOS	PERCENTAGENS	DEPUTADOS
Congresso Nacional Africano (ANC)	12.237.855	62,6	252
Partido Nacional	3.938.090	20,4	82
Inkatha	2.058.294	10,5	43
Frente da Liberdade	424.555	2,2	9
Partido Democrático	338.426	1,7	7
Congresso Pan-Africano (PAC)	243.478	1,2	5
Partido Democrata Cristão	89.104	0,5	2
Partido Muçulmano	34.486	0,2	
Partido Congresso dos Moderados	27.890	0,1	
Partido Dikwankwella	19.451	0,1	
Partido Federal	17.863	0,1	
Frente Minoritária	13.433	0,1	
SOCCER	10.575	0,1	
Movimento Democrático	9.896	0,1	
Partido Paz e Direitos da Mulher	6.434		
Partido Progressista Ximoko	6.320		
KISS	5.916		
Lista dos Trabalhadores	4.189		
LUSAP	3.293		
Votos contados	18.726.579		
Votos rejeitados	193.081		



Sínodo dos Bispos sobre África entrou na recta final

Diálogo inter-religioso preocupa Igreja africana

Do nosso enviado
António Marujo
em Roma

Enquanto o Papa permanece de cama, mas melhorando, os bispos entraram na última fase dos seus trabalhos, discutindo a proposta de documento final. Mas, para já, há consequências da hospitalização de João Paulo II: a reunião de cardeais da próxima semana foi adiada para Junho.

O Retido na cama em virtude da queda e da operação a que foi submetido na sexta-feira passada, o Papa João Paulo II nomeou ontem o bispo que presidirá à missa de encerramento da assembleia do Sínodo dos Bispos sobre África, no próximo domingo: é o cardeal Francis Arinze, presidente do Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-Religioso. A escolha de João Paulo II assume um carácter simbólico importante, sendo que um dos temas mais importantes deste Sínodo é precisamente a questão do diálogo com o Islão e com as religiões tradicionais africanas, e o aparecimento do fenómeno das seitas.

Precisamente sobre estes temas, Arinze falou já numa das sessões gerais do Sínodo. Os católicos, e os seus líderes de um modo especial, necessitam de ter formação e informação sobre os muçulmanos, de modo a promover o diálogo com eles, defendeu o cardeal nigeriano na sua intervenção, quando falou na aula sinodal, logo na primeira semana de trabalho.

Francis Arinze acrescentou algumas ideias concretas: saber claramente qual é a implantação real dos muçulmanos em determinada área,

e quais são os grupos dominantes, criar comissões mistas para o diálogo institucional, e valorizar a acção pessoal de bispos, padres e outros agentes católicos.

Das religiões tradicionais, o cardeal diz que estas devem ser tomadas "seriamente" à consideração, se a Igreja deseja fazer uma "evangelização mais profunda" em África.

"A cooperação ecuménica, sempre que possível, deve ser encorajada", acrescentou, para afirmar que os grupos conhecidos como igrejas independentes africanas devem oferecer pontos de reflexão sobre o assunto. Quanto às seitas, finalmente, o cardeal apontou uma espécie de medicina de prevenção: "Um cristianismo verdadeiramente inculturado, uma aproximação cristã à doença e ao sofrimento, a religiosidade popular tomada e promovida, uma liturgia viva e uma comunidade local católica dinâmica são os elementos pastorais para uma resposta adequada ao desafio das seitas".

A escolha de Arinze para presidir à eucaristia de clausura do Sínodo traz deste modo para primeiro plano a problemática da inserção da Igreja Católica num contexto religioso muito mais plural e complexo do que, por exemplo, o europeu. Se se juntar a isto o aparecimento de grupos fundamentalistas islâmicos, que vêm complicar ainda mais este "puzzle" religioso, pode perceber-se o alcance simbólico da escolha do Papa.

Vestir um pano em vez da camisa

Uma experiência concreta vem confirmar algumas das afirmações de Francis Arinze. O padre Bernargo Bongo, 50 anos, que esteve na Jamba durante sete anos e meio como vigário do bispo de Menongue para as zonas controladas pela UNITA, dizia ontem ao PÚBLICO, em Roma, que "nunca" teve problemas com os protestantes que também ali trabalhavam. Mas com as seitas o diálogo é mais difícil: "Estão a perturbar a alma religiosa angolana", diz, a partir do seu conhecimento concreto. Bernardo Bongo está em Roma desde há quase dois anos, quando foi eleito para o conselho geral dos Missionários Espiritanos. Além do seu tra-

balho na Jamba, exercera já, entre 1977 e 1983, o cargo de provincial da sua congregação em Angola.

A sua posição nas terras da UNITA mereceu-lhe críticas, que rejeita — "quando estive nas zonas do MPLA, ninguém disse que eu estava a apoiá-los", defende — mas admite que as rivalidades entre etnias ainda marcam o problema da inculturação, outro dos temas importantes deste Sínodo: "Estamos na superfície da inculturação, como quem em vez da camisa veste um pano ou em vez dos sapatos fica descalço". Serve a imagem para dizer que a Igreja tem que se aproximar das culturas africanas, mas também ajudar a transformá-las: "O maior valor do Evangelho é a fraternidade, a convivência e o amor" e estes valores devem ser transmitidos e assumidos pelas culturas", sob pena de estas não serem transformadas, defende.

Na sua opinião, a Igreja precisa de aprofundar o problema da família africana e os desafios que ela coloca. Um deles é a poligamia. "Que acontece às outras mu-

lheres e aos outros filhos, quando pedimos a um homem que deixe de ser polígamo?", perguntava o bispo Peter Sarpong, de Kumasi, Gana, na aula sinodal. Para o padre Bongo, a Igreja tem que continuar a apelar ao fim da poligamia, "em nome da dignidade humana, porque ela é uma fonte de riqueza e de poder", mas deve também procurar encontrar formas de justiça que resolvam situações como a que o bispo Sarpong referia. Ontem, enquanto o Papa melhorava no hospital, segundo o porta-voz da Sala de Imprensa da Santa Sé, os bispos entraram de novo no trabalho de grupos, para debater o primeiro esboço do documento de proposições. Entre os grupos "menores", a assembleia geral e a votação final, andarão até sexta-feira. Mas para já há uma outra consequência da hospitalização do Papa: algumas datas importantes da sua agenda tiveram que ser alteradas. A primeira é a do consistório de cardeais que se deveria reunir no início da próxima semana, para debater o jubileu do ano 2000. Fica para 13 e 14 de Junho. ■

PÚBLICO antecipa documento final do Sínodo

Os sonhos dos bispos para uma nova África

PÚBLICO, 6 5 94

Do nosso enviado
António Marujo
em Roma

O PÚBLICO teve acesso ao texto do documento conclusivo do Sínodo dos Bispos sobre África, que será votado amanhã e cujo conteúdo é ainda confidencial. São 61 proposições, onde os bispos passam em revista os grandes temas do Sínodo: evangelização e inculturação, diálogo, justiça e paz e comunicação social. Aqui se apresentam os pontos mais importantes do documento.

O Sínodo dos Bispos sobre África, que amanhã termina em Roma os seus trabalhos, quer que se crie uma comissão para estudar as formas do casamento africano, recomenda que se autorizem liturgias próprias para a veneração dos antepassados, manifesta a importância do diálogo com os muçulmanos e com as práticas religiosas tradicionais, sublinha o imperativo da participação das mulheres nos processos de decisão da Igreja, apela ao FMI e ao Banco Mundial para que aliviem a dívida externa africana, recomenda o acompanhamento dos doentes e famílias atingidos pela sida, pede o estabelecimento de estados de direito democráticos, sugere a criação de uma rádio católica, o estudo de um canal de televisão via satélite para todo o

Continua na pág. 9

Continuação da pág. 8

Os sonhos dos bispos para uma nova África

continente. Estas são algumas das 61 "propositio" finais da assembleia especial do Sínodo dos Bispos sobre África, a cujo texto o PÚBLICO teve acesso.

As propostas são submetidas hoje à primeira votação. Depois dela, eventuais sugestões de emendas serão incorporadas no texto, que será aprovado, na sua forma definitiva, amanhã, na última sessão de trabalhos do Sínodo.

"É com profunda preocupação que pedimos uma nova e urgente evangelização dos homens e das mulheres de África, feridos na sua dignidade pelo passado colonial, oprimidos pelas guerras, desorientados no meio de tantas seitas, manipulados por meios de comunicação social estrangeiros, e vítimas de ideologias estranhas às suas próprias culturas", começa por referir o documento.

Antepassados, espíritos e parapsicologia

No capítulo sobre a inculturação, o texto começa por referir, na proposição 26, que a "incarnação do Filho de Deus é o princípio e o modelo da inculturação do cristianismo". Pela inculturação, Cristo está nas nossas culturas como em casa".

A compatibilidade com a mensagem cristã e a vontade de Deus, e a comunhão com a Igreja universal, são os dois critérios para aferir se determinado elemento faz ou não parte de um autêntico processo de inculturação. As áreas mais urgentes apontadas pelo documento dos bispos como necessitando de uma maior atenção são a liturgia, o casamento, a veneração dos antepassados, e o mundo dos espíritos. As partes da liturgia que podem ser mudadas

de modo a facilitar a compreensão e a participação devem ser adaptadas segundo os critérios referidos, diz o texto.

Sobre o casamento, reafirma-se a doutrina tradicional da Igreja — unidade e indissolubilidade — mas admite-se que isso constitui um problema sério para muitos católicos. O Sínodo recomenda então a criação de uma comissão "que inclua casais" e destinada a estudar "todas as questões respeitantes ao casamento do ponto de vista da teologia, sacramentos, liturgia e direito canónico, com especial referência às questões culturais".

A veneração dos antepassados, "tomadas todas as precauções para não diminuir o culto devido a Deus e a honra reservada aos santos", pode ser "permitido e proposto pelas autoridades competentes da Igreja".

O mundo dos africanos, dizem os bispos na "propositio" 35, "está povoado de homens e de espíritos bons e maus". Neste quadro, e com o objectivo de "melhor servir o povo, que acredita nesses espíritos", a Igreja precisa de anunciar "o poder de Cristo sobre todos os espíritos maus". Como também necessita de "pessoas santas, que possam ajudar aquelas que são atormentadas por tais crenças, recorrendo tanto aos sacramentos e aos sacramentais, como aos meios modernos da parapsicologia e da psicologia clínica".

No capítulo sobre o diálogo, as proposições falam de campos tão diversos como as relações da Igreja com outras comunidades cristãs, o Islão e as religiões tradicionais africanas; o diálogo entre estruturas da própria Igreja; entre partidos e grupos em guerra, ou entre o Norte e o

Sul do planeta.

Com o Islão, diz o documento que o relacionamento dos católicos deve exprimir-se em todas as formas e âmbitos possíveis, incluindo o do anúncio: "Também os muçulmanos têm o direito de conhecer a Boa-Nova de Jesus Cristo e a Igreja tem o dever de o anunciar de modo apropriado".

Nas religiões tradicionais, a crença fundamental num "Ser Supremo Criador, Dador de todas as coisas, juiz eterno e universal" é merecedora de um "profundo respeito". Aquela crença levou muitos a abrir-se "à plenitude da revelação de Jesus Cristo", o que leva à evidências de que o diálogo com estas práticas religiosas "deve continuar".

Mulher e dívida externa

É no quarto capítulo — justiça e paz — que os bispos fazem as propostas de maior alcance social, em relação aos problemas vividos no continente.

Conscientes das "graves violações" da dignidade humana, os bispos recomendam a criação de comissões justiça e paz a vários níveis e de estruturas paroquiais para "cuidar dos casos de injustiça".

Sobre a condição da mulher, o documento faz "mea culpa" da Igreja, condenando "as atitudes de discriminação e afastamento a que a mulher está sujeita na Igreja e na sociedade". Aqui, a recomendação é quase uma ordem: "É imperativo" admitir a mulher nas várias instâncias de decisão, criar ministérios para ela e primar na defesa dos seus direitos.

Na dívida externa, os bispos pedem ainda mais do que ontem o PÚBLICO já avançava: "O Sínodo apela ao FMI, ao Banco Mundial e a todos os credores estrangeiros para escalonar a dívida dos países africanos". Na proposta de texto para a "Mensagem do Sínodo ao Povo de Deus", documento que pretende atingir um público mais vasto dentro e fora da Igreja, os bispos falam de, "pelo menos uma substancial, se não total, anulação da dívida". Terá que se esperar até sábado para ver qual das posições acaba por prevalecer.

"Má nutrição, falta de higiene, doenças e alta percentagem de mortalidade" é a síntese da situação no campo da Saúde, que merece uma série de propostas. Sobre a sida, os bispos manifestam-se "profundamente preocupados" com a sua propagação, pedem a cada conferência episcopal que estude o melhor meio de encarar o problema e diz que os valores da fidelidade e da castidade devem continuar a ser apresentados aos jovens. Ainda neste capítulo, o Sínodo "deplora" a corrupção, recomenda a formação intensa na área do ambiente e afirma ser "necessário e urgente estabelecer estados de direito para salvaguardar os direitos do cidadão". A Igreja deve mesmo empenhar-se em "implementar a democracia multipartidária".

Finalmente, sobre os meios de comunicação social, o Sínodo sublinha o valor dos "meios de comunicação tradicionais, que são menos caros e mais acessíveis". Ainda assim, insiste-se na importância de formar agentes e receptores, e propõe-se: "A criação de rádios locais; uma melhor colaboração da Rádio Vaticano com os rádios locais; a criação de uma rádio continental para que a voz do evangelho ressoe em todo o continente; que se encontre num canal de satélite para a Igreja em África e Madagáscar."

parágrafos da mensagem, os bispos agradecem aos militares "o serviço que eles assumem em nome" dos seus povos, mas recordam-lhes igualmente, que eles "deverão responder diante de Deus por todos os actos de violência contra vidas inocentes".

A mensagem final desta assembleia extraordinária do Sínodo dos Bispos sobre África dedica uma grande parte do seu conteúdo a temas políticos e sociais, na linha do que acontece também com o documento das proposições — o texto de propostas concretas que hoje será aprovado definitivamente e cujo conteúdo essencial o PÚBLICO antecipou na sua edição de ontem.

Alguns dos temas, no entanto, são novos em relação às "propositio". É o caso de uma posição, duríssima, respeitante à Confe-

Sínodo Africano termina hoje

Bispos contra "idolatria das etnias"

PÚBLICO, 7 5 94

Do nosso enviado
António Marujo,
em Roma

O Sínodo sobre África, que hoje termina, pode significar o primeiro grande passo para uma Igreja verdadeiramente "inculturada". Apesar de uma certa frustração de alguns bispos em relação aos textos conclusivos. Na mensa-

gem final, ontem divulgada, condena-se a idolatria das etnias e alguns aspectos da preparação da conferência das Nações Unidas sobre população.

O Sínodo dos Bispos sobre África, que hoje termina os seus trabalhos no Vaticano, denunciou e condenou ontem energicamente, na sua mensagem final, "toda a

idolatria da etnia", que conduz às guerras fratricidas: "Elas dão à África a humilhação de ser o continente onde se encontra o maior número de refugiados e deslocados." Num apelo aos responsáveis políticos africanos, os cerca de 300 participantes — dos quais metade são bispos provenientes daquele continente — começam por saudar o início do processo democrático em tantos países africanos e, de modo particular, "a alegria que explode no coração dos sul-africanos, após tantos decénios de sofrimentos e incompreensões".

No mesmo apelo, um dos 71

Continua na pág. 10

Teólogos africanos querem um Concílio "para legislar"

O Sínodo foi bom, mas não chega

PÚBLICO, 8 5 94

Do nosso enviado
Antônio Marujo
em Roma

Os teólogos africanos não querem que os bispos fiquem quietos. Toca de propor já um Concílio na sequência do Sínodo que hoje se conclui em Roma. Será um modo de definir melhor a identidade africana, dizem. Trata-se de dar autoridade às igrejas que estão em África. O PÚBLICO assistiu à fundação de uma rede de teólogos que, ontem, entregou aos bispos um documento com algumas propostas.

Um grupo de teólogos africanos e missionários pediu ontem, em documento entregue aos bispos do Sínodo que hoje

se conclui formalmente em Roma, que se comece a preparar desde já a realização de um concílio africano, que exprima "ainda mais claramente a identidade africana no seio da união com a Igreja universal".

O pedido faz parte de um documento assinado por uma rede "pós-Sínodo", que agrupa 29 teólogos católicos africanos, entre os quais alguns dos mais importantes expoentes das novas correntes teológicas do continente, e foi ontem entregue aos 300 participantes do Sínodo sobre África, cuja conclusão se assinala esta manhã no Vaticano, com uma missa solene. Com o Papa retido no hospital até ao próximo dia 20, quando se espera que tenha alta, depois de ter sido operado ao fémur, a missa será presidida pelo cardeal Francis Arinze, presidente do Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-Religioso.

O texto dos teólogos, entre outras sugestões, propõe ainda a criação de uma "Casa de África" em Roma, que sirva de ponto de encontro entre africanos e europeus, e que esteja ligada a uma paróquia "africana" da capital italiana; que a administração econó-

mica das paróquias em África seja entregue a cristãos "competentes e honestos"; que o ensino da teologia nas universidades e nos seminários tenha uma maior participação das mulheres.

Teólogos separados dos bispos

O papel e o lugar dos teólogos africanos foi um dos temas que marcou os bastidores desta assembleia especial do Sínodo dos Bispos sobre África. Houve "várias tentativas para separar alguns dos mais importantes teólogos africanos dos seus bispos", denuncia o texto que ontem os bispos receberam, mas na Igreja africana pós-sinodal "deve prevalecer o diálogo e a comunicação fraterna sem qualquer exclusão ou suspeição".

O mal-estar causado pela questão era revelado por um texto que, já esta semana, alguns teólogos lusófonos e hispânicos entregaram aos bispos. Nele se constata que alguns padres si-

nodais (nome dados aos bispos participantes de um sínodo) "reagem mal" à expressão "teólogos africanos", mas insistia-se que o seu contributo para a acção da Igreja é fundamental, pois não é a mesma coisa ter um teólogo europeu ou um africano a especular sobre a inculturação do cristianismo em África: "Enquanto o primeiro estará a fazer uma pura especulação, o segundo estará a falar sobre dados e realidades que conhece, encarna e vive".

Os teólogos africanos foram das primeiras vozes a pedir um concílio de toda a Igreja em África. Afinal, saiu-lhes um sínodo. E na reunião fundadora desta "rede pós-Sínodo" a que o PÚBLICO assistiu, Engelbert Mveng, jesuíta, um dos mais importantes dos 29 signatários do documento, insistiu que, depois do Sínodo, deve preparar-se a realização de um concílio. A sua ideia acabou por vingar: além de reunir todos os bispos do continente e não apenas uns quantos delegados, um concílio permite tomar decisões, "legislar", coisa que um Sínodo não pode fazer.

Os teólogos também foram dos primeiros a insistir na ideia de que um Sínodo realizado em Roma não seria a melhor solução. Mas os bispos africanos também

Continua na pág. 11

Continuação da pág. 9

Bispos contra "idolatria das etnias"

rência Mundial sobre População e Desenvolvimento, que decorrerá brevemente no Cairo. Há uma "vontade deliberada de impor ao conjunto dos países do mundo, com um grande esforço de dinheiro, a liberalização do aborto, a promoção de um estilo de vida sem referência moral", acusam os bispos. "Todos nós condenamos esta cultura individualista e permissiva que liberaliza o aborto e faz da morte do filho o objecto de uma simples decisão da mãe; condenamos a submissão dos homens ao novo deus 'dinheiro', pela qual se faz pressão sobre as nações para as obrigar a assumir, no Cairo, opções contra a vida e a mortalidade".

Os bispos apelam então os homens de boa vontade para que se mobilizem contra aquele "plano contra a vida", e pedem aos 54 países africanos e a todos os países signatários da Declaração dos Direitos do Homem que não permitam "que a família africana seja ridicularizada na sua própria terra e que o Ano Internacional da Família se torne o ano de destruição da família".

No âmbito político e social,

há outros temas que são também tratados nas proposições. É o caso do apoio aos refugiados e deslocados de guerra. Os bispos citam concretamente o Ruanda, Sudão, Angola, Libéria, Serra Leoa, Somália e África central para apelar às Nações Unidas "que intervenham para restabelecer a paz".

No referente à dívida externa, os bispos repetem o apelo, feito nas proposições e já anteriormente solicitado pelo Conselho Pontifício Justiça e Paz e pelo Sínodo dos Bispos de 1992 sobre a Europa, no sentido de que ela seja perdoada total ou substancialmente.

Uma Igreja que saiu do útero

Uma vez que aborda os mesmos cinco temas principais deste Sínodo — evangelização, inculturação, diálogo, justiça e paz, e meios de comunicação social — a mensagem repete ainda

outras referências que são feitas já no documento das proposições. E o caso do diálogo com outros cristãos ou com os muçulmanos, ou da importância de tornar o cristianismo uma religião mais próxima dos homens e das mulheres africanas, atitudes que são sublinhadas ao longo do texto.

É possível verificar, como primeiro balanço, que o mais importante deste Sínodo é, para já, o facto de se ter realizado. O cardeal Hincinthe Thian-doum, bispo de Dacar, Senegal, sublinhava ontem, na conferência de imprensa final de apresentação da mensagem, o facto de esta ser a primeira vez, na história da Igreja, que os bispos de África se reunem.

Esta afirmação é de-veras importante. O Sínodo sobre África pode vir a significar para os católicos desta continente aquilo que a Conferência dos

Bispos latino-americanos, de Medellín, em 1968, significou para a América do Sul: o início de uma Igreja autónoma e mais próxima da realidade cultural, social e política dos povos no meio dos quais se insere.

A Igreja africana acabou de sair do útero, dizia um dos bispos participantes, e agora falta chegar à base e traduzir as proposições e a mensagem do Sínodo por miúdos. O mais complicado começa agora, repete-se em Roma.

Tudo isto apesar de uma certa frustração de alguns dos bispos participantes em relação ao conteúdo da mensagem e das proposições. O que se disse nas sessões plenárias e, depois, no trabalho de grupos, foi muito mais rico do que o resultado final, dizem alguns. Este lamento, ou o que ele revela, era inevitável? Talvez não. Cabe à Igreja africana mostrá-lo, e mostrar que o desejo de realizar um concílio para todo o continente ganhou mais razão de ser a partir de agora. ■

O render da guarda

EXPRESSO, 7 5 94

DAS muitas lições que se podem tirar das primeiras eleições democráticas na África do Sul, o discurso da aceitação da derrota eleitoral do Partido Nacional (PN) proferido pelo presidente cessante F.W. De Klerk passará à História como uma das raras ocasiões em que se fixa o momento em que um político se eleva à categoria de estadista.

São raros os homens que negociam o seu próprio afastamento do centro do supremo da decisão política e aceitam um plano secundário de participação com o optimismo que caracteriza as pessoas determinadas.

E fê-lo da maneira mais nobre, ao prometer colaborar com o seu sucessor Nelson Mandela, não abdicando, no entanto, de um papel político, mandata-do pelos resultados que o seu partido obteve.

«Acredito que o meu trabalho político está apenas no começo... Na próxima terça-feira entregarei a presidência ao Sr. Mandela, mas não abandonarei o Governo. Entregarei o poder — não à maioria do momen-

to, mas ao povo sul-africano» disse Frederik Willem de Klerk, que será segundo vice-presidente da nova África do Sul.

Quando assumiu a liderança do PN, em simultâneo com a Presidência, De Klerk encontrou um partido consciente da necessidade da mudança mas relutante em efectuar-lá. Foi só a partir da libertação de Nelson Mandela em Fevereiro de 1990, na sequência do discurso em que também anunciou o fim da proibição dos partidos «negros», que o presidente cessante concluiu que não tinha outra hipótese se não a de apressar o fim do seu próprio regime. Fê-lo por mérito próprio, é certo, mas também fortemente pressionado por um Congresso Nacional Africano livre para poder manifestar todas as suas reivindicações políticas.

Apesar de viver constantemente no fio da navalha, De Klerk convenceu pacificamente o seu partido que a melhor forma de sobrevivência política consistia na aceitação de uma espécie de morte transitória com a promessa de ressurreição. Os resultados alcançados nestas eleições — cerca de 20 por cento mostram até que ponto estava certa a sua estratégia de longo prazo.

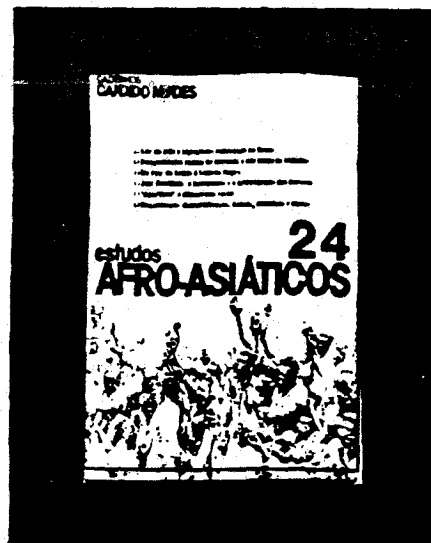
Só o facto de ter conseguido que o PN fosse um dos dois cavalos finalistas numa corrida que se revelou de pilecas — dado a fraca representatividade do restante espectro político, exceptuando o Partido da Liberdade Inkatha, maioritariamente zulu — revela até que ponto De Klerk imprimiu ao PN uma inesperada capacidade de autogeneração. E também uma grande capacidade de sobrevivência ao conseguir manter-se no poder, embora parti-

lhado, ao fim de 48 anos de Governo interna e externamente contestado.

E o seu grande mérito, para além da forma como negociou a sua saída, foi o de ter colocado o PN — historicamente responsável pelo regime do «apartheid» — na invejável posição de partido com perspectivas de futuro, mesmo que seja a longo prazo, num regime de alternância democrática.

Para que tal suceda falta-lhe alargar a sua base de apoio social. O que só pode ser feito quando o eleitorado votar no Partido Nacional não apenas por defesa de privilégios (no caso do eleitorado branco) ou medo do «perigo negro» (como sucedeu com o eleitorado mestiço no Cabo Ocidental), mas por acreditar num programa político não-racial susceptível de captar a emergente classe média negra.

M.C.L.



Continuação da pág. 10

O Sínodo foi bom, mas não chega

não se entenderam sobre a hipótese de um local, com estruturas capazes, para levar a cabo tal acontecimento — a pobreza de África at nestes pormenores se reflecte.

Marginalizados mas não ofendidos

Agora, no final, a crítica dos teólogos ficou mais esbatida: os receios de que os bispos e cardeais da Cúria Romana controlassem a reflexão do Sínodo e inibissem a liberdade de expressão revelaram-se infundados. E a presença do Papa até ao fim da terceira semana de trabalhos ajudou muitos bispos a sentirem-se mais à vontade para falar. As viagens de João Paulo II ao continente seriam uma explicação para o facto.

Finalmente, veio a crítica, já com o Sínodo na última fase de preparação, de que os teólogos mais incómodos ou mais originais estariam a ser marginalizados. Alguns acabaram mesmo por fi-

çar de fora do lado oficial, mas vieram até Roma, acompanhando os seus bispos, apoiando-os discretamente ou sugerindo mesmo algumas intervenções.

A reacção final foi, então, criar a rede «pós-Sínodo». Entre os 29 que assinam o documento, avultam nomes fundamentais da actual teologia africana como John Waliggo, Jean-Marc Ela, Benezet Bujo, Bernadette Mbuy Beya (vice-presidente da Associação Ecuménica de Teólogos do Terceiro Mundo), Anne Nasimiyu.

Nem todos têm as mesmas concepções ou integram idênticas correntes teológicas, Waliggo e Bujo integram a teologia da inculturação. Ou seja, defendem a possibilidade de um «discurso teológico negro-africano», partindo do pressuposto de que o conteúdo da revelação divina foi mediado por categorias culturais específicas, que não fazem parte da própria revelação. Jean-Marc Ela e Engelbert

Mveng, ambos dos camarões e professores na Universidade de Youndé, são dos mais importantes pensadores da chamada teologia africana da libertação. Esta faz ressaltar, ao contrário da corrente anterior, os aspectos políticos e sociais. Bernadette Beya e Anne Nasimiyu são expoentes das teologias feministas. E falta referir a teologia negra sul-africana, nascida no contexto específico do «apartheid» e que engloba nomes como Desmond Tutu, Allan Boesak, Frank Chikane (todos na área protestante) ou o católico Albert Nolan.

Convicção geral, entre teólogos e bispos, é que tudo está por fazer e que o Sínodo «só agora vai começar».

Duas proposições

Na votação final das proposições, o documento mais importante do Sínodo, os bispos acrescentaram dois novos parágrafos à proposta inicial, cujo conteúdo foi antecipado pelo PÚBLICO na sua edição de sexta-feira: um diz respeito aos refugiados e outro ao diaconado permanente (ministério ordenado de serviço à comunidade cristã, uma espécie de quase-padre). A maior parte das «proposições» teve uma grande maioria de votos favoráveis, sempre muito acima dos 200, no total de 300 participantes. Só as propostas sobre a possibilidade da veneração aos antepassados e a nova sobre o diaconado permanente ficaram com menos de 200 «placet», ou votos favoráveis.

Também na sessão final, os bispos elegeram nove representantes — um de cada região em que agrupam as diferentes conferências episcopais — que, com mais quatro bispos escolhidos pelo Papa, irão formar uma comissão para ajudar a redigir o documento pontifício pós-sinodal. ■

O medo dos 2/3

Finda a contagem dos votos, que teve alguns sobressaltos, prepara-se o novo Governo

EXPRESSO, 7 5 94

MIGUEL CALADO LOPES
enviado à África do Sul

UMA semana de contagem de votos exasperante (incluindo uma paragem de mais de 24 horas devido a discrepâncias informáticas, entre elas as causadas por um pirata desejoso que o seu partido tivesse mais uns votos), de resolução de milhares de irregularidades, de análise de fraude maciça na província de KwaZulu/Natal e de greves dos escrutinadores exigindo pagamento extraordinário pelo trabalho redobrado terminou como tinha começado: com a certeza de que as eleições eram à partida justas e livres, mesmo que não fossem.

O paradoxo teve a sua confirmação na terça-feira (estavam apenas contados 50 por cento dos votos), quando se anunciou que se mantinha a próxima terça-feira como o dia em que a transição de poderes se concretiza com o discurso inaugural do Presidente-eleito nos edifícios da União, em Pretória, sede da Presidência de Estado e do Governo, perante 42 chefes de Estado, entre os quais Mário Soares. A testar a complexidade do paradoxo decorrente da confusa situação dos últimos dias esteve o adiamento, de ontem para segunda-feira, da eleição formal de Mandela como Presidente, na primeira reunião a realizar na Cidade do Cabo pelo Parlamento multirracial saído destas eleições.

O paradoxo resolveu-se com a introdução de uma variante simbólica. «Mais do que um plebiscito científico, as eleições foram um acontecimento simbólico», disse o tão criticado juiz Johann Kriegler, presidente da não menos enxovalhada Comissão Eleitoral Independente, justamente acusada de incompetência ao ponto de, a certa altura, ter perdido o controlo do processo.

Suspiro de alívio

É neste sentido simbólico, isto é, na convicção de que a consulta foi entendida, sentida e aceite como património nacional com todos os seus defeitos e virtudes, que as eleições podem ser consideradas justas e livres, o certificado de autenticidade que só ontem foi oficialmente chancelado embora tenha sido concedido na semana passada pelos três principais protagonistas — o juiz Kriegler e os presidentes cessante e eleito, F.W. De Klerk e Nelson Mandela.

Concederam-no na convicção de que a emenda é pior que o soneto, do melhor, que a repetição de eleições nacionais (não está totalmente excluída a eventualidade de uma repetição no KwaZulu/Natal) é uma alternativa

cuja hipótese nem se pode colocar porque destruiria de uma assentada tudo o que até aqui foi, apesar de tudo, pacificamente conseguido.

Dá que os milhares de observadores internacionais e chefes de Governo e de Estado do mundo inteiro se tenham enchido de compreensão, exalado um profundo suspiro de alívio, considerado as eleições justas e livres — ou pelo menos representativas da alma política da nação — e enviado calorosas congratulações a Mandela.

A questão não é a de reconhecer a legitimidade dos resultados que, só ontem à tarde tiveram a sua versão final. Ninguém duvida do mandato que o ANC recebeu e de que Mandela foi livre e justamente eleito Presidente. Em certo sentido, não eram necessárias eleições para se saber que a África do Sul tinha uma maioria negra e que essa maioria se identificava com o ANC. A História exigia estas eleições e a África do Sul tinha que lhe dar resposta.

O espantinho dos dois terços

Sabendo-se que o ANC ia ganhar, a questão principal residia na possibilidade de alcançar os dois terços dos deputados necessários a uma revisão unilateral da Constituição, o que só se saberia após a contagem final de votos no KwaZulu/Natal.

Em boa verdade, o espantinho dos dois terços reflecte o tipo de medo que surgiu entre a comunidade branca durante as primeiras eleições democráticas na Namíbia. Ninguém acredita — numa época em que economia é a ideologia dominante — que o ANC mude a Constituição no sentido de instaurar no país uma espécie de república popular.

Pelo contrário, o partido tem mostrado uma enorme capacidade de diálogo e de desejo de reconciliação nacional e já por diversas vezes afirmou que a Constituição só seria modificada após consultas com os outros partidos. A vitória do ANC é já tão expressiva que pode perfeitamente desprezar mais uma vantagem e deste modo sossegar o mundo e o país.

Para além de todas as especulações envolvendo a composição do Governo que será anunciado na próxima quarta-feira, ficou claro nos improvisos de Mandela, quando leu na segunda-feira passada o discurso de vitória eleitoral, quais são as suas intenções.

«Ninguém poderá participar no Governo de Unidade Nacional (GUN) para se opôr ao Programa de Reconstrução e Desenvolvimento do ANC. Se tal acontecer haverá graves tensões».

O aviso surgiu em simultâneo com sugestões de ofertas de pastas a partidos que não atingiram os cinco por cento necessários a uma entrada automática no GUN, que terá 27 ministros e dois vice-presidentes. Estão neste caso a Frente da Liberdade, que defende um Estado para os brancos, o Partido Democrático, da esquerda intelectual e o Congresso PAN-Africanista, da esquerda radical.

É manifesta a intenção de Mandela em formar um governo de verdadeira reconciliação nacional pelo que pretende que a sua composição tenha uma vasta base de apoio. No entanto, o seu aviso limita a capacidade de ministros não-ANC porque não é de esperar que votem a favor de decisões que vão contra a política defendida pelos partidos que representam.

Dois nomes na sucessão

Nas conversações em curso no sentido de elaborar um programa para o governo de unidade, todos vão ter que ceder em nome da reconciliação nacional. O Partido Nacional vai ter que votar a favor quando o Governo legislar sobre as grandes questões nacionais e ministros «esquerdistas» da maioria vão ter que aprovar legislação impopular, o que sucederá mais cedo ou mais tarde.

Uma das grande disputas internas do ANC foi ontem resolvida quando o partido anunciou a escolha de Thabo Mbeki, de 52 anos, para o importante cargo de primeiro vice-presidente da África do Sul, um posto que equivale ao de primeiro-ministro e de sucessor quase-designado de Mandela. O cargo de segundo vice-presidente deve ser atribuído a F.W. De Klerk.

Mbeki, presidente nacional do ANC, impôs-se a Cyril Ramaphosa, secretário-geral do partido e tido como candidato de Mandela, depois de ter recebido apoios da poderosa comissão Tripartida ANCCosatu/PCAF (Partido Comunista da África do Sul) de Winnie Mandela, presidente da Liga das Mulheres do ANC, Lulu Johnson, presidente da Juventude do ANC, e de outras estruturas intermédias.

Thabo Mbeki nunca esteve muito ligado às bases e deve o seu cargo de presidente do ANC ao apoio dado pela Liga da Juventude. Chefe do Departamento do ANC, acumulou uma experiência diplomática que fez dele um indivíduo sofisticado pleno de eloquência e charme. Treinado militarmente na então URSS e doutorado em Economia pela Universidade de Sussex, deixou o país em 1961, apenas regressando em 1990. Foi sempre considerado a face visível da diplomacia do ANC.

Editorial

José Manuel Fernandes

PÚBLICO, 7 5 94

O milagre da África do Sul

ATÉ AO momento, o processo eleitoral na África do Sul tem decorrido de forma exemplar, surpreendendo pela positiva todos os que temiam que a violência latente fizesse implodir o edifício laboriosamente erguido por Nelson Mandela e Frederick de Klerk.

O quase milagre destas eleições históricas foi possível devido à forma extremamente inteligente como os seus dois principais protagonistas conduziram o processo político da transição. Mesmo sabendo que na verdade é a partir deste momento que os problemas mais delicados vão surgir, é partir do momento em que uma parte do poder for entregue ao ANC que as cartadas decisivas se irão jogar, há já em todo este processo ensinamentos suficientes para ajudar à boa concretização de outros processos de paz, nomeadamente os que decorrem nos estados vizinhos de Angola e Moçambique.

A grande inteligência de Mandela e de De Klerk foi terem a coragem de aceitar um regime de transição cujo desenho foi realizado antes de conhecer o veredicto das urnas. Mandela e De Klerk não estiveram à espera da contagem dos votos para determinar quem tinha mais força para impor as suas condições no futuro Governo da África do Sul, tendo conseguido acordar de antemão um período relativamente longo de partilha do poder.

Formalmente, este "negócio" corresponde a uma entorse nas regras mais puras da democracia, já que, no fundo, não se esperou pelo veredicto das urnas. Mas, em contrapartida, permite desdramatizar o período pós-eleitoral e criar um verdadeiro regime de transição e de poder partilhado. Esta questão é central, uma vez que este procedimento não tem sido seguido nos outros processos de transição africanos.

A raiz do problema é que tínhamos, de um lado, uma minoria senhora do poder e, do outro, uma maioria completamente despossada. A tentação é, vencida a resistência da minoria, entregar o poder à maioria. E o nosso reflexo ocidental é, de imediato, o de sugerir eleições e de exigir o respeito pelos seus resultados, exportando de forma linear os modelos existentes em sociedades homogêneas e estáveis. Inevitavelmente, essas eleições, apoiadas pela ONU, são parlamentares e/ou presidenciais, depreendendo-se que quem ganha, governa. E o princípio, tão anglo-saxónico, de "the winner takes all" (o vencedor fica com tudo). Simples, mas terrivelmente redutor. Tão redutor que tem conduzido a sucessivos desastres, o mais recente dos quais terá sido o angolano.

O erro deste raciocínio é que reduz a noção de democracia a uma só das suas manifestações, quando a democracia é um regime complexo de partilha do poder entre as diferentes forças políticas e sociais. Mesmo no Ocidente, com sociedades culturalmente homogêneas e em regimes assentes na maioria parlamentar de um só partido, os restantes actores políticos e sociais dispõem de múltiplas formas de intervenção e de poder, nomeadamente a nível regional e local ou noutros órgãos de soberania do Estado.

Ora, em África, a aplicação do princípio sagrado "um homem, um voto" deve levar em linha de conta que existem tradições e solidariedades étnicas que não se satisfazem pelo simples exercício de depositar um voto numa urna e esperar pelo próximo escrutínio. A política de "the winner takes all", quando seguida nestes países divididos e sem tradição democrática, tende a criar entre os derrotados o desespero da impotência — mesmo da total impotência.

Mandela e De Klerk souberam evitar esta tentação simplista, quer acordando previamente a forma de governo durante um período pré-estabelecido de transição quer, também previamente, acordando regimes de autonomia a sectores da sociedade e/ou a regiões, por forma a estes continuarem a sentir que têm uma palavra a dizer sobre o seu futuro. Esta questão é tanto mais importante quanto se conhece a artificialidade com que foram desenhadas as fronteiras africanas e se teme, com razão, a explosão das pulsões tribais mais primitivas.

Se se deseja manter o princípio da inviolabilidade das fronteiras — um princípio tabu que, abandonado, pode provocar um efeito de domínio absolutamente incontrolável, sobretudo em África —, então é necessário que se aprenda a partilhar o poder, mesmo quando se dispõe, como o ANC, de quase dois terços dos votos.

Por isso não podemos deixar de pensar em Angola. Sintomaticamente, parece estar a ser este o cominho que os negociadores do processo de paz estão agora a seguir. Acordar em dar às regiões onde a UNITA é maioritária uma autonomia importante, ao mesmo tempo que se forma um governo de unidade nacional que integre os principais quadros do movimento de Jonas Savimbi, parece ser a única forma de ultrapassar o actual impasse.

Para isso, tal como sucedeu na África do Sul, ambos os movimentos têm de perceber que não podem ambicionar o poder absoluto, que têm de dividir as desejadas mordomias por uma classe política mais vasta e mais plural.

Até ao momento, repetimos, com uma habilidade e inteligência ímpares, Mandela e De Klerk têm sabido caminhar por um terreno mais minado do que qualquer outro, evitando o que podia ser o maior dos erros: deixar que estas eleições se transformassem num gigantesco ajuste de contas, atrasadas por muitos anos de "apartheid". E em todo este processo eles só tiveram um outro trunfo: a enorme solidez e fidelidade de instituições como o exército e as forças de segurança sul-africanas.

Mas é bom não esquecer que o mais difícil começa hoje. ■

Governos provinciais tomam posse

Um programa para Joanesburgo

PÚBLICO, 8 5 94

UMA NOVA era começou ontem de manhã na África do Sul, quando foram eleitos os primeiros ministros de oito das nove províncias da África do Sul, das quais sete são controladas pelo ANC, uma pelo Partido Nacional, o Cabo Ocidental, e a nona pelo partido zulu Inkhata. Esta, a do Natal, adiou para quarta-feira a cerimónia, em virtude do atraso com fechou a contagem dos votos.

No Centro Cívico de Joanesburgo, a tomada de posse de Gabriel "Tokio" Sexwale, 41 anos, como chefe do governo do PWV — que engloba as regiões de Joanesburgo, Pretória, e o triângulo industrial do Vaal, verdadeiro centro de gravidade económica do país — deu lugar a cenas comoventes. Os inimigos confessos de

ontem abraçaram-se, e antigos guerrilheiros ou prisioneiros exibiam-se de gravata, passando alguns quase directamente da clandestinidade para o poder.

Uma grande ovação souou quando Sexwale, uma estrela ascendente no ANC, prestou juramento perante o juiz Chris "Frikie" Eloff no Centro Cívico de Joanesburgo, cercado por um impressionante dispositivo de segurança da polícia e do exército.

Aquele que foi em tempos o chefe do braço armado do ANC, o Omkhonto we Sizwe (Lança da Nação, MK), pronunciou um discurso de posse que ilustra a mudança pacífica que este país está a conhecer após um domínio branco de 342 anos e a imposição da segregação racial.

"Foi um tempo em que estivemos comprometidos num processo de transformação da ordem vigente pela violência. No entanto, saudamos hoje aos negociadores de todas as partes, que de forma tão impressionante negociaram a última etapa da revolução, acrescentando assim um novo capítulo à História da transformação social", disse Sexwale.

Sob o olhar de sua mulher, a advogada branca Judy van Vuuren, o antigo guerrilheiro anunciou que que pretendia transformar aquela região, que construiu a sua riqueza sobre os recursos mineiros, num grande pólo industrial. "Uma estratégia inovadora pode tornar a África do Sul competitiva, nomeadamente no PWV, e, assim, contribuir para a

transformação da nossa economia de uma base mineira voltada para a exportação num pólo de indústria manufactureira".

Disse que, devidamente administrada, a região poderá conhecer um surto de crescimento que eclipsará o "boom" das anos 60. Mas lembrou que o programa do ANC era antes de mais "uma declaração de guerra contra a pobreza generalizada [...] contra as condições socio-económicas associadas ao apartheid".

Sexwale prestou também uma sincera homenagem ao Presidente cessante Frederik de Klerk, que libertou Nelson Man-

Continua na pág. 14

A África do Sul entre a esperança e o desespero

Jesus não vem à quarta-feira

Do nosso enviado
José Eduardo Agualusa
na Cidade do Cabo

Na África do Sul os discursos são quase todos de euforia, de esperança e de libertação. Mas, enquanto os políticos discursam, a vida continua, as dificuldades também, e já há quem pense na criação de alternativas ao ANC, caso o movimento de Nelson Mandela não se mostre capaz de cumprir as promessas feitas ao eleitorado negro.

O velho Jacobs vive em Thibault Square, no coração da Cidade do Cabo. Quando se deita vê as janelas iluminadas dos prédios em volta. E quando todas as luzes se apagam, vê as estrelas. A sua casa é aquele largo, fechado entre altos prédios, com pequenas árvores em canteiros perfeitamente alinhados, e o chão coberto de tijoleira vermelha. Jacobs não tem muita coisa, só três camisas, um casaco, dois pares de calças. Cabe tudo num pequeno saco que à noite lhe serve de almofada. Durante o dia anda pela pra-

ça, conversando com os vendedores de pipocas e de legumes ou com outros sem-abrigo tão pobres quanto ele. Lava a roupa num balde emprestado e para a secar prende-a com pedras sobre o gradeamento de uma saída de ar quente. As camisas enchem-se de ar, como balões, e ficam ali, a agitar freneticamente os braços. Visto de longe aquilo resulta num estranho espectáculo.

Durante os três dias em que a África do Sul dominou as atenções do mundo, o velho Jacobs não saiu de Thibault Square: "Votar para quê?", pergunta com um encolher de ombros, "não acredito nos políticos e muito menos em Mandela". Faz uma pausa grande, como se não tivesse intenção de dizer mais nada. Mas depois bate com a mão numa chapa azul, presa ao casaco, onde está escrito: "Jesus is my Shepherd" (Jesus é o meu pastor). "Eu só acredito em mim e em Jesus", diz. "Menos às quartas-feiras. As quartas-feiras só acredito em mim."

Jacobs não é, evidentemente, a única pessoa na África do Sul a ter dúvidas sobre o futuro. É possível escutar manifestações de descrença nos lugares mais inesperados. Como na Universidade do Cabo Ocidental, UWC, considerada desde há décadas um "ninho de esquerdistas", e onde por toda a parte se vêem cartazes do ANC. A UWC fica em Bellville, no interior da Península do Cabo, uma cidade pobre, que o "apartheid" quis transformar em capital de um estado mestiço. A estrada que vai da Cidade do Cabo a Bellville, quarenta quilómetros para o interior da península, é uma espécie de ponte sobre o terceiro mundo. A al-

guns metros da bermã cresce um bairro de lata, visível durante algum tempo e que depois desaparece atrás de um alto muro de betão. Segundo o governo, o muro serve para proteger os automobilistas, frequentemente apedrejados pelos habitantes da "township". Para além do muro, dos rolos de arame farpado e das torres de vigia com soldados armados, está África.

A UWC fica em África. Destinada, na sua origem, a receber apenas estudantes mestiços, é hoje um espaço multirracial, com grande número de negros, e os seus professores orgulham-se de praticar um ensino directamente virado para as necessidades da população local. Apesar de ter sido criada para servir uma comunidade não branca — e de ser relativamente pequena se comparada com outras universidades sul-africanas —, a UWC oferece aos seus estudantes condições muito superiores às de qualquer universidade portuguesa.

O peso das promessas

Nos dias que correm, está particularmente agitada, com debates de natureza política a sucederem-se uns aos outros. Num destes debates, "A Luta de Classes e o Governo de Unidade Nacional", foi possível ouvir um estudante indiano defender a tese de que a queda do "apartheid" "não resultou de uma revolução, mas de uma transformação operada pelas próprias forças repressivas, em conjunto com as potências imperialistas". Para este jovem estudante não há muito a

esperar do novo governo sul-africano: "A nossa luta não foi para substituir ditadores brancos por ditadores negros. Queremos uma verdadeira democracia, com desenvolvimento social, porque o voto é bom, mas não se come."

Na opinião de Dote Kitt, professora de economia e desenvolvimento na U.W.C, o ANC vai ter de se esforçar para cumprir as promessas que fez ao longo da campanha eleitoral: "Se não cumprir essas promessas, as pessoas vão criar um novo partido, um partido de esquerda, agrupando descontentes do ANC, do Partido Comunista, dos sindicatos e das organizações de base. Para já, os dirigentes do ANC vão ter de enfrentar a oposição no seu próprio seio."

O empresário português Marques Lapa, há seis meses na África do Sul, mas com grande experiência de negócios em outros países do continente africano, está pouco optimista: "Para cum-

prir as promessas que fez ao eleitorado negro, o ANC terá de aumentar os impostos. A inflação vai crescer, e é muito possível que alguns empresários sejam forçados a fechar os seus negócios, aumentando ainda mais o desemprego."

Deitado ao sol, em Thibault Square, o velho Jacobs não tem ilusões: "Nada vai mudar, e se mudar é para pior." Jacobs perdeu a fé na humanidade numa quarta-feira de chuva, há cinco anos, quando a mulher o expulsou de casa: "Num país onde uma coisa destas acontece, não se pode esperar que as pessoas se entendam. Pelo menos às quartas-feiras." ■

Continuação da pág. 13

Um programa para Joanesburgo

dela e aboliu o o regime do apartheid, qualificando-o de "patriota". O dirigente do ANC também fez um rasgado elogio ao general Constand Viljoen, chefe da Frente de Liberdade, defensor da criação de um Estado boer, que participou nas eleições. "Agradecemos-lhe não ter cedido à tentação de lançar o país na guerra civil e num banho de sangue".

Por fim, também enalteceu a cooperação do chefe do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, cujas hostilidades entre o seu partido e o ANC provocaram cerca de dez mil mortos em oito anos. "Quando a hora da guerra civil se aproximava rapidamente, e com ela a hora do fim do

mundo, a poucos dias das eleições, Buthelezi lançou-se à água para salvar o país do apocalipse", concluiu.

Mandela na sinagoga

A dois dias da sua eleição como o primeiro Presidente negro da República da África do Sul, Nelson Mandela prosseguiu ontem as suas visitas simbólicas aos locais de culto, insistindo nos valores religiosos como cimento da unidade nacional.

Após ter visitado na sexta-feira a mais velha mesquita do Cabo, cujo templo visitava regularmente durante os seus 27 anos de reclu-

são, Nelson Mandela deslocou-se ontem à maior sinagoga da cidade, para prestar homenagem à "inestimável contribuição" da comunidade judaica da África do Sul, que ascende a 120 mil pessoas. Também aproveitou esta ocasião para tranquilizar uma vez mais a população branca e pedir "aos que fugiram do país para regressar". "Nós precisamos dos vossos conhecimentos", afirmou.

Nelson Mandela também se felicitou pelo acordo assinado na quarta-feira entre palestinos e israelitas no Cairo. E exprimiu a esperança de que Moshe Aronson, o chefe de Estado israelita, Ezer Weizmann, se reencontrem no capital sul-africano por ocasião da sua tomada de posse, na terça-feira. ■

Adriano Zaka/NFP,
em Joanesburgo

